# COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

CNPJ nº 06.995.362/0001–46

**Relatório da Administração**

A Companhia Paulista de Parcerias – CPP é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pelo Estado de São Paulo, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 11.688, de 19 de maio de 2004. A atuação da CPP é pautada pelas orientações do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público–Privadas (CGPPP) e, em todos os projetos de PPP, a Companhia atua de forma coordenada com a Unidade de Parcerias Público–Privadas – UPPP da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Em 2013 a CPP participou ativamente do acompanhamento dos contratos de PPPs em execução e dos estudos para novas PPPs, seja por iniciativa do Poder Público, seja por iniciativa do setor privado, por meio das Propostas de Manifestação Interesse (PMI), além de gerir a sua carteira de ativos. No âmbito da Administração, após implantação das primeiras experiências e com crescente familiaridade dos quadros técnicos com o novo formato de contratação, os contratos de PPP passaram a ser avaliados como uma opção concreta para a implantação de projetos em diferentes áreas. Por outro lado, com a edição do Decreto nº 57.289/11, que regulamentou o procedimento de Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada – MIP, o Governo também passou a receber de investidores interessados uma significativa quantidade de propostas para realização de estudos relativos a projetos de PPP, com objetos bastante diversificados. A CPP, conforme previsto na referida normatização, acompanha todas as etapas desse novo procedimento, desde a eventual inclusão da proposta no rol de propostas preliminares de PPP, elaboração do edital de chamamento público e avaliação dos estudos recebidos até a posterior elaboração de modelagem definitiva a ser submetida ao Conselho Gestor, sempre sob a coordenação da Secretaria Executiva do Conselho. No final de 2012, adicionalmente, foi introduzida uma importante mudança na legislação de PPPs que também contribuiu de forma decisiva para a ampliação do rol de projetos passíveis de serem implantados por meio dessa modalidade de contratação. Mais especificamente, a Lei 12.766, de 27 de dezembro de 2012, passou a permitir que o Poder Concedente realize pagamentos (denominados Aporte de Recursos) ao Concessionário, para realização de obras ou aquisição de bens reversíveis, ainda durante a fase de investimentos. Em termos tributários, para fins de IR, CSLL, PIS e Cofins, o aporte, durante o período de investimentos, é excluído das bases de cálculo, mas computado na fase operacional (Diferimento tributário). Essa alteração da legislação federal tornou financeiramente mais atrativos os contratos de PPP em relação à situação anterior, na medida em que ampliou as possíveis estruturas de financiamento dos projetos por parte do Poder Concedente, especialmente nos casos em que os investimentos previstos são elevados e sua execução se estende por vários anos antes da fruição efetiva dos serviços por parte da Administração. O Estado de São Paulo foi o primeiro estado a prever essa nova modalidade de financiamento e a assinar um importante contrato de PPP – o da Linha 6 do Metro – que contempla o aporte de recursos, mediante marcos previamente definidos de implantação do projeto. Outros projetos desenvolvidos em 2013 também passaram a contemplar essa estrutura de financiamento, como foram os casos da Linha 18 do Metro e da PPP dos Complexos Hospitalares, a serem licitados no início de 2014. Essa ampliação da escala e a nova dinâmica de atuação do Programa Estadual de PPPs demandam atuação atenta, competência técnica e senso crítico dos órgãos de apoio governamental, para assegurar a implementação de projetos efetivamente alinhados com as políticas públicas vigentes e que traduzam a melhor opção para o Estado, tanto do ponto de vista da economicidade, como no que diz respeito à qualidade do objeto.

**1. Contratos de PPP já assinados e em execução:**

***Linha 4 – Amarela do Metrô de SP*** – Acompanhamento da execução do contrato de concessão patrocinada firmado em 29.11.2006, por meio de seu representante na Comissão de Acompanhamento dos Contratos de PPP (CACPPP), criada pelo Decreto nº 52 152, de 11.09.2007. O contrato, que prevê a realização de investimentos em sistemas e na aquisição do material rodante, e a operação da linha pelo parceiro privado, foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos – STM e a Concessionária Via Quatro S.A., tendo a CPP como interveniente garantidora. Em virtude da celebração do contrato de penhor entre a CPP e a Concessionária Via Quatro, em 22.12.2006, conforme previsto no contrato de concessão, a CPP acompanha o desempenho do Fundo RF Linha 4, que responde pela garantia solidária prestada pela CPP a determinadas obrigações assumidas pelo Estado no âmbito do contrato de concessão. A fase I da linha 4 entrou em operação comercial plena no mês de outubro de 2011 e as obras da fase II já foram iniciadas.

***Estação de Tratamento de Água do Reservatório de Taiaçupeba*** – O contrato de concessão administrativa, assinado em 18.06.2008 entre a Sabesp e a empresa CAB Sistema Produtor Alto Tietê S/A, prevê a ampliação da estação de tratamento de água de Taiaçupeba e a execução de um conjunto de serviços pelo parceiro privado, incluindo a disposição e tratamento do lodo, pelo período de 15 anos. O acompanhamento de sua execução se dá por meio do representante da CPP na CACPPP. A concessionária já operava determinados serviços, incluindo tratamento e disposição do lodo, e entregou em março de 2011 as obras que ampliaram a capacidade da ETA para 15 m3/s conforme previsão contratual.

***Reforma e Capacitação dos Trens da Série 5000 / Modernização dos trens da Linha 8 (Diamante) da CPTM*** – Contrato de Concessão Administrativa com prazo de 20 anos, com fornecimento de 36 novos trens de 8 carros e opção de fornecimento de trens novos em lugar da modernização de 12 trens da CPTM. O contrato foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos – STM, e a concessionária CTrens – Companhia de Manutenção, em 19.03.2010. A CPP presta garantia complementar à garantia oferecida pela CPTM, sem segregação de ativos, e acompanha seus desdobramentos por intermédio de seu representante na CACPPP. A manutenção da frota atual vem sendo feita pela concessionária e desde o final de 2011 começaram a ser entregues os novos trens para a CPTM, conforme previsão contratual.

**2. Contratos de PPP assinados em 2013:**

***Linha 6 (Laranja) do Metrô*** – PPP na modalidade Concessão Patrocinada para implantação, manutenção e operação da linha que ligará Brasilândia a São Joaquim, com extensão de 15,9 km, 15 estações e 20 trens e atendimento de 600 mil passageiros/dia útil. O contrato foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos – STM, e o Consórcio Move SP (Odebrecht, Queiroz Galvão, UTC Participações e Fundo Eco Realty), em 18.12.2013. A CPP presta garantia de 6 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento, e acompanha seus desdobramentos por intermédio de seu representante na CACPPP.

***FURP: Planta de Produção de Medicamentos Américo Brasiliense*** – Projeto de PPP na modalidade Concessão Administrativa para desenvolvimento e produção de medicamentos genéricos na unidade fabril de Américo Brasiliense, com fornecimento de 129 tipos de medicamentos à Secretaria Estadual da Saúde. O contrato com a empresa EMS S/A foi assinado em 22.08.2013. A CPP presta garantia de 6 contraprestações mensais, calculadas de acordo com o volume de medicamentos fornecido, com penhor de quotas de fundo de investimento. O acompanhamento da execução do contrato se dá por meio do representante da CPP na CACPPP.

***SABESP: Sistema Produtor São Lourenço*** – Projeto de PPP na modalidade Concessão Administrativa para construção e manutenção do Sistema Produtor São Lourenço, que destina–se a suprir a carência de abastecimento de água na Região Oeste da RMSP. O contrato, que prevê a implantação e manutenção de sistema produtor de água que deve gerar cerca de 4,7 m3/s de acréscimo no abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo foi assinado pela SABESP em 21.08.2013 com o consórcio SPSL (Camargo Correa e Andrade Gutierrez).

**3. Novos projetos do Estado em fase de estudos e/ou modelagem:**

Nessa frente, a atuação da CPP desenvolve–se em estreita colaboração com a Unidade de PPP da SPDR e com a Secretaria Executiva do Conselho Gestor, ainda que com particular ênfase nos aspectos financeiros dos projetos apresentados. Ao longo do período foram objeto de análise da CPP os seguintes projetos:

***Linha 18 (Bronze) do Metrô*** – PPP na modalidade Concessão Patrocinada para implantação de 13 estações e 15,7 km de linha através da tecnologia de monotrilho, interligando Tamanduateí (SP) a Djalma Dutra, com atendimento de 405 mil passageiros/dia útil. A Consulta Pública ocorreu entre 05.07.2013 e 06.08.2013. A CPP participou do Grupo de Trabalho responsável por analisar a modelagem final submetida ao CGPPP e o Edital de Concorrência, publicado em 03/02/2014 .

***Hospitais*** – PPP na modalidade Concessão Administrativa, para implantação, manutenção e operação dos serviços de apoio não assistenciais de 3 estabelecimentos assistenciais de saúde: Hospital de Emergência de Sorocaba (250 leitos), Hospital de Emergência de São José dos Campos (158 leitos) e Hospital Pérola Byington Nova Luz (218 leitos). Projeto proposto originalmente por meio de Manifestações de Interesse da Iniciativa Privada, com recebimento de estudos em 18.01.2013. O Edital de Concorrência foi republicado em 19.12.2013. A CPP participa do Grupo de Trabalho responsável pela consolidação da modelagem definitiva e elaboração do Edital e minuta do Contrato.

***Logística de Medicamentos*** – PPP na modalidade Concessão Administrativa para implantação de solução logística para distribuição de remédios à população do Estado de São Paulo. O projeto foi proposto originalmente como Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada, cujo chamamento para convocação de estudos foi publicado em 08.02.2013, e o recebimento ocorreu em 29.04.2013 (6 estudos recebidos). A aprovação da modelagem definitiva ocorreu em 21.11.2013, com apoio técnico do Grupo de Trabalho do qual a CPP faz parte.

***Habitação*** – O escopo do projeto é a construção de 20.221 unidades habitacionais na região central de São Paulo, sendo 12.508 unidades de Habitação de Interesse Social (HIS) e 7.713 unidades de Habitação de Moradia Popular (HMP), com diretrizes urbanísticas pré–definidas e serviços como o trabalho social de pré e pós–ocupação, apoio à gestão condominial e gestão da carteira de mutuários. A modelagem final do projeto foi aprovada em 27.02.2013. Posteriormente, houve Consulta Pública à minuta do Edital de 10.05.2013 a 09.06.2013. A CPP participa do Grupo de Trabalho responsável por analisar a modelagem final submetida ao CGPPP e o Edital de Concorrência, com previsão de disponibilização ainda no 1º trimestre de 2014.

***SIM da Baixada*** – PPP na modalidade Concessão Patrocinada para expansão, operação e manutenção do Sistema Integrado Metropolitano (SIM) de transporte público intermunicipal de passageiros da Região Metropolitana da Baixada Santista. O escopo do projeto compreende: implantação do tronco VLT com 23,4 km de extensão e aquisição e racionalização da frota de ônibus intermunicipais. Investimentos divididos em: Fase I: 15,9 km (trecho Prioritário); e Fase II: 7,5 km (Ponta da Praia, Samaritá e Tático). A Consulta Pública à minuta do Edital ocorreu entre 06/dez/13 e 06/jan/14. A CPP participa do Grupo de Trabalho responsável pela consolidação da modelagem definitiva e elaboração do Edital e minuta do Contrato.

***Linha 20 (Rosa) do Metrô*** – Projeto proposto originalmente como Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada, acolhido como Proposta Preliminar na ocasião da 6ª Reunião Extraordinária do CGPPP, ocorrida em 09.03.2012. Trata–se de uma PPP na modalidade Concessão Patrocinada para construção da linha que ligará os bairros da Lapa e de Moema, com integração à Linha 5 Lilás, 12,3 km de extensão e 13 estações. O chamamento para convocação de estudos foi publicado em 03.08.2012, com recebimento em 01.04.2013 (1 estudo recebido). A CPP participou do Grupo de Trabalho responsável pelo apoio técnico para elaboração da Proposta Preliminar aprovada pelo CGPPP e do Chamamento Público de convocação de estudos, já recebidos e em fase de análise pelas áreas técnicas do governo.

***Pátios DETRAN*** – PPP na modalidade Concessão Administrativa para Implantação e modernização dos processos de aplicação de penalidades de trânsito (DETRAN) e da remoção, depósito, guarda e destinação de veículos do Estado de São Paulo. Serão prestados serviços de gestão integrada da remoção, guarda, liberação e apoio ao exercício do poder de apreensão de veículos. Projeto proposto originalmente como Manifestações de Interesse da Iniciativa Privada. O chamamento de convocação de estudos foi publicado em 19.09.2012, com recebimento em 18.01.2013 (5 estudos recebidos). A CPP participa do Grupo de Trabalho responsável pelo apoio técnico para consolidação dos estudos que culminou na modelagem definitiva aprovada pelo CGPPP em 07.11.2013.

***Sistema de Trens Intercidades*** – PPP na modalidade Concessão Patrocinada para Construção de infraestrutura, implantação de equipamentos e de sistemas e compra de material rodante para operação de rede integrada de linhas ferroviárias de passageiros, conectando as cidades de Santos, Mauá, São Caetano, Santo André, Jundiaí, Campinas, Americana, São José dos Campos, Taubaté e Sorocaba a uma estação central na cidade de São Paulo. O projeto foi proposto originalmente como Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada e teve recebimento de estudos em 02.08.2013 (1 estudo recebido). A CPP participa do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração da Modelagem Definitiva do projeto.

***Fóruns*** – PPP na modalidade Concessão Administrativa, com previsão de construção e manutenção predial de 06 Fóruns, nos municípios de Barueri, Bauru, Guarulhos, São Paulo (Itaquera e Lapa) e Presidente Prudente, por até 25 anos. O chamamento para convocação de estudos foi publicado em 28.09.2013, com recebimento em 11.11.2013 (3 estudos recebidos). A CPP participou das reuniões técnicas que subsidiaram a elaboração do chamamento para convocação de estudos

***DAEE Reservatórios*** – PPP na modalidade Concessão Administrativa para implantação de 7 novos reservatórios; modernização e recuperação de 30 reservatórios existentes e 8 em implantação pelo DAEE; operação dos 45 reservatórios, com capacidade de 9,449 milhões de m³. O Edital de Concorrência foi publicado em 22.03.2013. A CPP participou do Grupo de Trabalho que analisou os estudos da modelagem final e a minuta do Edital. Diante do resultado de estudos técnicos encomendados pelo DAEE, com reflexos para o programa de investimentos que seria objeto da concessão, a PGE, por meio do o Parecer GPG nº 01/2014 concluiu pela existência de elementos suficientes para justificar a revogação do certame. Em 08.01.2014, na 62ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público–Privadas, o projeto foi retirado da carteira de Projetos do Programa de PPP.

**4. Outras Propostas de Manifestação de Interesse recebidas:**

A CPP participa da análise dessas propostas tanto na sua fase inicial para avaliação de conformidade às exigências do Decreto como nas fases seguintes, de inclusão como proposta preliminar na carteira de projetos de PPP e de avaliação dos estudos desenvolvidos. No ano de 2013, foram trazidas ao Governo de São Paulo as seguintes Manifestações de Interesse da Iniciativa Privada (MIP), as quais encontram–se em diferentes estágios de análise:

• ACESSO À BAIXADA SANTISTA SUZANO– PORTO DE SANTOS (Extensão RODOANEL LESTE) – Proposta de Manifestação de Interesse apresentada pela Contern – Construções e Comércio Ltda em 12/04/2013;

• LOGÍSTICA DE ALIMENTOS E MATERIAIS – Proposta de Manifestação de Interesse apresentada pela Farma Logística e Armazéns Gerais Ltda em 15/03/2013;

• IDENTIFICAÇÃO VEICULAR – Proposta de Manifestação de Interesse apresentada pela NSG TI Solutions – Tecnologia da Informação Ltda / WER Comércio, Importação e Exportação Ltda em 31/10/2013.

**5. Gestão Financeira:**

A administração financeira da CPP pauta–se pela otimização da utilização dos ativos inicialmente recebidos do Estado e pela preservação de um equilíbrio entre liquidez e rentabilidade dos mesmos, compatível com o perfil e o horizonte dos projetos que deverão comportar sua participação. Além de dois fundos exclusivos constituídos em garantia às obrigações firmadas no contrato de PPP da Linha 4 do Metrô e no contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 02.2.361.4.1, firmado entre o Estado de São Paulo e o BNDES, a CPP possui ações PNB de emissão da CESP, recebíveis do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER–SP) e disponibilidades aplicadas junto ao Banco do Brasil S.A., os quais compõem um portfólio de ativos de boa qualidade e que estão aptos a serem utilizados para prestação de garantias de obrigações eventualmente assumidas pela Administração Pública junto a parceiros privados. Cabendo mencionar a constituição do fundo exclusivo BB CPP PROJETOS DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO, em janeiro/2013, cuja rentabilidade no ano foi de 7,79%. A CPP assinou, em 03 de fevereiro de 2014, o Contrato de Penhor e Outras Avenças para garantir as obrigações assumidas pelo Poder Concedente no contrato de concessão administrativa assinada para desenvolvimento e produção de medicamentos genéricos na unidade fabril de Américo Brasiliense, disponibilizando garantia através do referido Fundo. Em 2013 houve o ingresso de R$ 117.872.241 (cento e dezessete milhões, oitocentos e setenta e dois mil, duzentos e quarenta e um reais) correspondentes aos créditos dos recebíveis do DER, adquiridos em 2005 e 2006, relativos ao ônus fixo previsto nos contratos de concessão rodoviária firmados entre o Estado de São Paulo e as Concessionárias Autoban, Vianorte e Triângulo do Sol. Ingressaram, ainda, R$ 13.432.144 (treze milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, cento e quarenta e quatro reais), relativos às parcelas das amortizações das cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) Não–Padronizado da Companhia Paulista de Trens metropolitanos (CPTM), subscritas em 2007 pelo valor total de R$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), e cujo vencimento final será em março de 2014. Tais montantes foram quase integralmente aplicados no fundo exclusivo BB CPP PROJETOS DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO, com liquidez diária e rentabilidade média aproximada de 97% do CDI. No caso do Fundo de Investimento CPP – Linha 4 – Renda Fixa, administrado pelo Banco do Brasil e que respalda as obrigações solidárias assumidas pela CPP no Contrato de Concessão Patrocinada da Linha 4, seu patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2013, era de R$ 358.407.537 (trezentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e sete mil, quinhentos e trinta e sete reais), apresentou redução de 3,5% em relação ao Patrimônio de 31.12.2012, em função do reflexo das flutuações das taxas de juros no ano de 2013, com forte elevação da meta da taxa SELIC, de 7,25% em março, para 10,0% em novembro de 2013. Em abril de 2013, o Conselho de Administração propôs e restou aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas a destinação, para o aumento de capital, do saldo declarado de juros sobre capital próprio do exercício de 2012, no montante de R$ 26.228.902 (vinte e seis milhões, duzentos e vinte e oito mil, novecentos e dois reais), tendo sido pago aos acionistas, a título de juros sobre capital próprio, o montante de R$ 34.689.777 (trinta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e setenta e sete reais). Em 2013, a CPP creditou aos seus acionistas, conforme facultado pela Lei n° 9.249/95, juros sobre o capital próprio, no valor de R$ 58.688.928 (cinquenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, novecentos e vinte e oito reais). Desse total, R$ 13.377.487 (treze milhões, trezentos e setenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e sete reais) já foram pagos no decorrer de 2013. A Companhia tem participação acionária na Agência de Fomento do Estado de São Paulo – AFESP (Nossa Caixa Desenvolvimento) correspondente a 20.000 ações ordinárias nominativas, na Companhia Paulista de Securitização – CPSEC correspondente a 1.000 ações ordinárias nominativas e na Companhia Paulista de Eventos e Turismo – CPETUR, de 20.000 ações ordinárias nominativas. Esta última subscrita e integralizada em março/2010 e as outras duas nos exercícios de 2008 e 2009, respectivamente. Possui ainda participação acionária na Companhia Energética de São Paulo – CESP, no montante de 13.793.103 ações preferenciais classe B, adquiridas em dez/2006. Recebeu juros sobre capital próprio/dividendos correspondentes a essa posição, em 2013, no valor de R$ 18.367.096 (dezoito milhões, trezentos e sessenta e sete mil e noventa e seis reais).

**A Administração.**

*... continua*

*... continuação*

## COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

### Balanço patrimonial para os períodos findos em 31 de dezembro 2013 e em 31 de dezembro de 2012

**ATIVO**

| | Nota Explicativa | R$1 31/dez./13 | R$1 31/dez./12 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | **625.740.938** | **493.760.950** |
| **DISPONIBILIDADES** | | **566.376.771** | **413.284.647** |
| Bancos conta movimento | 3 | 89.274 | 15.003 |
| Aplicações Financeiras | 3 | 566.287.497 | 413.269.644 |
| **DIREITOS REALIZÁVEIS** | | **59.364.167** | **80.476.303** |
| Créditos a receber | 4 | 55.676.057 | 66.467.139 |
| Impostos a compensar | 5 | 3.661.871 | 13.651.164 |
| Aluguel de equipamentos | | 5.600 | 8.000 |
| Outros créditos | 6 | 20.639 | 350.000 |
| **NÃO-CIRCULANTE** | | **641.303.021** | **704.175.515** |
| **REALIZÁVEL A LONGO PRAZO** | | **641.153.636** | **704.022.353** |
| Créditos a receber | 4 | 47.217.388 | 87.179.359 |
| Titulos e valores mobiliários | 7 | 203.281.359 | 215.412.193 |
| Fundo de investimento em garantia | 8 | 390.654.889 | 401.430.801 |
| **INVESTIMENTOS** | **9** | **140.000** | **140.000** |
| **IMOBILIZADO** | | **9.385** | **13.162** |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **1.267.043.959** | **1.197.936.465** |

*(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)*

**PASSIVO**

| | Nota Explicativa | R$1 31/dez./13 | R$1 31/dez./12 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | **46.217.043** | **41.521.435** |
| Obrigações tributárias | | 706.090 | 2.766.730 |
| Juros sobre o capital próprio a pagar | 10 | 45.311.441 | 38.529.498 |
| Outras obrigações | | 199.512 | 225.207 |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **1.220.826.916** | **1.156.415.030** |
| Capital social | 11 | 916.876.573 | 890.647.671 |
| Reserva legal | 12 | 38.112.831 | 33.262.981 |
| Reserva de lucros | | 265.837.512 | 232.504.378 |
| **TOTAL DO PASSIVO** | | **1.267.043.959** | **1.197.936.465** |

*(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)*

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 31 de dezembro 2013 e em 31 de dezembro de 2012

R$1

| Contas Especificações | Nota Explicativa | Capital Realizado | Capital A Realizar | Capital Total | Reserva Legal | Lucros Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **SALDOS EM 31/dez./11** | | **857.401.954** | **–** | **857.401.954** | **25.959.870** | **154.663.949** | **1.038.025.773** |
| Aumento de capital através da integralização dos Juros sobre Capital Próprio, conf. A.G.O.E. de 30/04/2012 | 11 | 33.245.717 | – | 33.245.717 | – | – | 33.245.717 |
| Juros sobre o capital próprio | – | – | – | – | – | (60.918.679) | (60.918.679) |
| Distribuição de lucros | – | – | – | – | – | – | – |
| Lucro líquido do período | – | – | – | – | – | 146.062.219 | 146.062.219 |
| Constituição de reserva | 12 | | | | 7.303.111 | (7.303.111) | 0 |
| **SALDOS EM 31/dez./12** | | **890.647.671** | **0** | **890.647.671** | **33.262.981** | **232.504.378** | **1.156.415.030** |
| Aumento de capital através da integralização dos Juros sobre Capital Próprio, conf. A.G.O.E. de 30/04/2013 | 11 | 26.228.902 | – | 26.228.902 | – | – | 26.228.902 |
| Juros sobre o capital próprio | – | – | – | – | – | (58.688.928) | (58.688.928) |
| Distribuição de lucros | – | – | – | – | – | – | – |
| Lucro líquido do período | – | – | – | – | – | 96.996.996 | 96.996.996 |
| Constituição de reserva | 12 | – | – | – | 4.849.850 | (4.849.850) | – |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | 5 | – | – | – | – | (125.084) | (125.084) |
| **SALDOS EM 31/dez./13** | | **916.876.573** | **0** | **916.876.573** | **38.112.831** | **265.837.512** | **1.220.826.916** |

*(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)*

### Demonstração do resultado Para os períodos findos em 31 de dezembro 2013 e em 31 de dezembro de 2012

| | Nota Explicativa | R$1 31/dez./13 | R$1 31/dez./12 |
|---|---|---|---|
| **Receitas(despesas) operacionais** | | **53.167.828** | **120.224.416** |
| Administrativas | | (4.894.431) | (2.768.975) |
| Honorários de administradores e salários | | (2.075.210) | (2.128.335) |
| Publicação legal | | (53.269) | (52.274) |
| Serviços de terceiros | | (79.116) | (106.386) |
| Despesas gerais e administrativas | | (218.065) | (35.441) |
| Despesas tributárias | | (772.500) | (442.406) |
| Depreciação e amortização | | (3.778) | (4.133) |
| Outras indedutiveis | 5 | (1.692.493) | |
| Financeiras | 13 | 58.062.259 | 122.993.391 |
| Receitas financeiras | | 96.157.650 | 161.662.962 |
| Juros sobre o capital próprio | 10 | (58.688.928) | (60.918.679) |
| Dividendos e ou Juros sobre capital próprio | | 19.544.207 | 21.185.172 |
| Outras receitas (despesas) financeiras | | | (26.713) |
| Variação Monet. Ativa | | 1.049.330 | 1.090.649 |
| **Lucro antes dos tributos sobre o Lucro e reversões** | | **53.167.828** | **120.224.416** |
| Imposto de renda | | (10.919.941) | (25.731.232) |
| Contribuição social sobre o lucro | | (3.939.819) | (9.349.644) |
| **Lucro antes das reversões** | | **38.308.068** | **85.143.540** |
| Reversão dos juros sobre o capital próprio | | 58.688.928 | 60.918.679 |
| **Lucro líquido do período** | | **96.996.996** | **146.062.219** |
| - Lucro por lote de mil ações | | 106 | 164 |

*(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)*

### Demonstração do fluxo de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro 2013 e em 31 de dezembro de 2012

| | 31/dez./13 R$ 1 | 31/dez./12 R$ 1 |
|---|---|---|
| **Atividades Operacionais** | | |
| Valores Recebidos DER | 117.872.241 | 104.168.993 |
| Valores Recebidos Juros s/ capital próprio e/ou dividendos | 18.367.096 | 20.536.594 |
| Valores Recebidos Clientes Serviços Prestados | – | – |
| Valores Pagos a Fornecedores e Empregados | (2.206.063) | (2.273.111) |
| Valores Pagos a Fornecedores Repasse CPTM–FIDC | – | – |
| Outros Recebimentos Rendimentos de Aplic. | 31.866.954 | 24.156.205 |
| Outros Recebimentos | 350.000 | 593 |
| Outros Recebimentos Amortização FIDC | 13.432.144 | 13.440.993 |
| Valores Pagos de tributos s/lucro | (594.481) | (14.051.755) |
| Outros pagamentos liquidos Desp. Bancárias/Multas e Juros | (317.684) | (132.632) |
| **Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades Operacionais** | **178.770.207** | **145.845.880** |
| **Atividades de Investimento** | | |
| Compras de imobilizado | – | – |
| Garantia BNDES–BB RF CPP FI | – | – |
| Rendimentos Lei Audiovisual | – | – |
| Aquisição de Ações/Cotas CPETUR | – | – |
| Aquisição de Ações/Cotas CPSEC | | |
| Aquisição de Ações/Cotas AFESP | – | – |
| **Disponibilidades Liquidas Geradas pelas Atividades de Investimento** | **–** | **–** |
| Atividades de Financiamento | | |
| Pagamentos de Lucros e Dividendos/Juros Capital Próprio | (25.678.083) | (32.362.349) |
| **Disponibilidades Liquidas Geradas pelas Atividades de Financiamentos** | **(25.678.083)** | **(32.362.349)** |
| **Disponibilidades liquidas das atividades** | **153.092.124** | **113.483.531** |
| Inicio Periodo | 413.284.647 | 299.801.116 |
| Final Periodo | 566.376.771 | 413.284.647 |
| **Aumento (Diminuição) das Disponibilidades** | **153.092.124** | **113.483.531** |

### Demonstração do valor adicionado Para os períodos findos em 31 de dezembro 2013 e em 31 de dezembro de 2012

| Descrição | R$ 1 31/dez./13 | R$ 1 31/dez./12 |
|---|---|---|
| 1–Receitas | 19.544.207 | 21.158.389 |
| Outras Receitas–JCP–CESP | 19.544.207 | 21.158.389 |
| Resultados não operacionais | – | - |
| 2–Insumos Adquiridos de Terceiros | 2.042.943 | 194.101 |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | 2.042.943 | 194.101 |
| 3–Valor Adicionado Bruto (1-2) | 17.501.264 | 20.964.288 |
| 4–Depreciação, Amortização e Exaustão | 3.778 | 4.133 |
| 5–Valor Adicionado Liquido Produzido pela Entidade (3-4) | 17.497.486 | 20.960.155 |
| 6–Valor Adicionado Recebido em Transferência | 97.206.981 | 162.753.682 |
| Receitas Financeiras | 30.087.792 | 105.436.484 |
| Outras DER | 67.119.189 | 57.317.198 |
| 7–Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6) | 114.704.467 | 183.713.837 |
| Distribuição do Valor Adicionado | 114.704.467 | 183.713.837 |
| Pessoal | 2.075.210 | 2.128.335 |
| Remuneração Direta | 1.659.366 | 1.724.204 |
| Beneficios | – | - |
| FGTS/INSS | 415.844 | 404.131 |
| Impostos Taxas e Contribuições | 15.632.260 | 35.523.283 |
| Federais–IRPJ/CSLL | 14.859.760 | 35.080.876 |
| Federais–PIS/COFINS | 725.885 | 400.041 |
| Municipais/Demais contribuições | 46.615 | 42.366 |
| Remuneração do Capital de Terceiros | – | - |
| Juros | | |
| Alugueis | | |
| Outras | – | - |
| Remuneração de Capitais Próprios | 96.996.996 | 146.062.219 |
| Juros sobre o Capital Próprio | 58.688.928 | 60.918.679 |
| Lucros retidos/Prejuizo do Exercício | 38.308.068 | 85.143.540 |

### Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis Levantadas em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 - *Valores Expressos em R$(1)*

**Nota 1. Contexto Operacional -** A **Companhia Paulista de Parcerias - CPP** é uma sociedade por ações, regida pela Lei Federal nº 6.404 de 15/dez./76 e Lei Estadual nº 11.688 de 19/maio/04, constituída em 06/ago./04. A CPP foi criada como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas. Para consecução de seus objetivos, a Lei facultou à CPP, no seu art. 15, um amplo conjunto de possibilidades operacionais, que incluem a contratação de serviços especializados de avaliação e modelagem, a participação em operações financeiras (contraindo empréstimos, emitindo títulos, eventualmente participando do capital de outras empresas), a facilitação de projetos (especialmente por meio da prestação de garantias), bem como diferentes possibilidades de disponibilização de bens à Administração.

**Nota 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis -** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei n º6.404/76) e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**Nota 3. Disponibilidades -** As disponibilidades da Companhia estão integralmente aplicadas junto ao Banco do Brasil S.A. com liquidez diária e rentabilidade média equivalente a cerca de 99% do CDI. As disponibilidades estão assim distribuídas:

| Instituição Financeira | 31/dez./2013 | 31/dez./2012 |
|---|---|---|
| **Banco Conta Movimento** | | |
| Banco do Brasil | 89.274 | 15.003 |
| **Aplicações Financeiras** | | |
| Banco do Brasil - CDB-DI | 150.027.048 | 300.192.671 |
| Banco do Brasil-NC Ref DI Setor Pub. | 31.309.779 | 38.924.952 |
| Banco do Brasil-FI CPP Projetos | 384.950.670 | - |
| Banco do Brasil - Oper.Compromissadas | - | 74.152.021 |
| **Total** | **566.376.771** | **413.284.647** |

A CPP constituiu, em jan./2013, o Fundo Exclusivo **BB CPP Projetos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Longo Prazo** - CNPJ 17.116.243/0001-92, com a finalidade de disponibilizar recursos do referido fundo para as garantias às obrigações assumidas em Contratos de Concessões a serem assinadas pelo Poder Concedente em Projetos de PPP's. Do montante disponível de R$ 385 milhões, a CPP ofereceu o valor de R$ 42 milhões como garantia ao contrato de concessão administrativa assinada entre a FURP, a Concessionária CPM e a CPP, com a interveniência do Banco do Brasil S.A., conforme contrato de Penhor e Outras Avenças assinada em 03/fev./2014.

**Nota 4 - Créditos a Receber -** Referem-se aos direitos de crédito de titularidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP, correspondentes ao ônus relativo aos contratos de concessão rodoviária firmados entre DER/SP e as concessionárias Autoban, Triângulo do Sol e Vianorte, adquiridos pela companhia em 29/ago./05, pelo valor de R$ 200.492.446. A realização desses créditos tem cronograma definido, devendo ocorrer no período de 2006 a 2013. Em 05/set/06 foi firmado um aditivo ao contrato de cessão de direitos de crédito entre a CPP e o DER/SP. Por meio do aditivo, a CPP adquiriu mais uma parcela do fluxo de recebíveis referente ao ônus fixo relativos aos contratos acima mencionados, pelo valor de R$ 100.000.000. O recebimento dos novos créditos deverá ocorrer no período de 2007 a 2016. Em jan./07 a Companhia concluiu a aquisição de créditos vincendos no exercício de 2014, no total de R$ 37.600.685, conforme previsto no contrato firmado em 29/ago./05. Os créditos vincendos em 2014 foram adquiridos em quatro parcelas trimestrais, perfazendo um desembolso total de R$ 18.312.161. Em mar./08 a CPP cedeu em favor do BNDES, os créditos relativos à concessionária Vianorte, conforme disposto no Contrato de Penhor BNDES e na 2ª Alteração do Contrato de Cessão de Direitos de Créditos. Em 24/nov./09, conforme deliberação do Conselho de Administração, a CPP autorizou o Poder Concedente a utilizar as parcelas de recebíveis correspondentes ao pagamento do ônus fixo, de titularidade da CPP, devido pela concessionária Autoban, relativas aos períodos de nov./09 a abr./10 substituindo-as por outras, de igual natureza, referentes aos anos de 2015 a 2016. Em 13/jan./10 essa alteração foi formalizada por meio de aditivo ao Contrato de Cessão de Direitos de Créditos. Em 28 de fevereiro de 2011 a CPP assinou, como interveniente-garantidora, o Aditivo nº 06 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 02.2.361.4.1, de 27 de junho de 2002, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Estado de São Paulo. Por força do referido aditivo, a CPP vinculou ao contrato a integralidade das quotas do fundo exclusivo BB Renda Fixa CPP LP FIC FI, especificamente criado para prestação de garantia ao BNDES, e parte dos recebíveis que adquiriu junto ao DER, correspondentes ao contrato da Concessionária Triângulo do Sol. O fluxo total a receber entre jan./14 e dez./2016, conforme demonstrado a seguir, é de R$ 219.429.192. O ônus fixo é reajustado anualmente pelo IGP-M, em 1º de julho.

| Ano | Autoban | Triangulo do Sol | Via Norte | Total |
|---|---|---|---|---|
| 2013 | 3.886.074 | 278.648 | 700.135 | 4.864.857 |
| 2014 | 63.101.937 | 9.972.253 | 21.834.647 | 94.908.837 |
| 2015 | 46.969.181 | 4.408.652 | 8.449.916 | 59.827.749 |
| 2016 | 46.969.181 | 4.408.652 | 8.449.916 | 59.827.749 |
| **Total** | **160.926.373** | **19.068.205** | **39.437.614** | **219.429.192** |

A distribuição entre os ativos circulante e realizável a longo prazo foi efetuada levando-se em consideração os prazos de realização previstos no cronograma firmado e pelo valor do principal, devidamente atualizado. Os valores a receber a título de juros são contabilizados à medida do seu efetivo recebimento mensal e integram apenas o ativo circulante.

| Descrição | 31/Dez./2013 | 31/Dez./2012 |
|---|---|---|
| Ativo Circulante | 55.676.057 | 66.467.139 |
| Realizável a Longo Prazo | 47.217.388 | 87.179.359 |
| | **102.893.445** | **153.646.498** |

**Nota 5. Impostos a Compensar -** Em 2012 a Companhia realizou um levantamento do histórico dos registros dos créditos tributários no sentido de determinar suas origens e desagregá-los por ano de competência, já por recomendação da Auditoria Externa. Foram assim desagregados os valores que correspondiam aos créditos tributários do período de 2007 a 2012. Em 2013 procedeu-se a uma revisão detalhada desses valores, inclusive tendo em vista a utilização dos respectivos saldos para pagamento de IRPJ e CSLL estimados de exercícios seguintes, realizando desta forma ajustes relativos à atualização monetária pela SELIC do saldo negativo de IRPJ do exercício de 2010 e reconciliação dos saldos negativos de CSLL do exercício de 2007 e do saldo negativo de IRPJ/CSLL do exercício de 2011. Os créditos de impostos a compensar estão assim distribuídos:

| | 31/dez./2013 | 31/dez.2012 |
|---|---|---|
| PIS/COFINS/CS A recuperar | 998 | 998 |
| IRPJ SALDO NEGATIVO 2007 | 524.585 | 524.585 |
| CSSL SALDO NEGATIVO 2007 | - | 1.692.493 |
| IRPJ SALDO NEGATIVO 2010 | 65.266 | 51.241 |
| IRPJ SALDO NEGATIVO 2011 | - | 7.043.327 |
| CSSL SALDO NEGATIVO 2011 | - | 96.053 |
| IRPJ SALDO NEGATIVO 2012 | 1.225.754 | 4.242.467 |
| IRPJ SALDO NEGATIVO 2013 | 1.845.268 | - |
| | **3.661.871** | **13.651.164** |

**Nota 6. Outros Créditos -** Ressarcimento pelo Der do montante de R$ 350.000, em abril/2013, referente ao pagamento de serviços contratados pela CPP para desenvolvimento de projetos por solicitação das Secretarias da Fazenda e dos Transportes, com a devida anuência do DER, de instituição financeira para estruturação e distribuição pública das cotas de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC lastreado em recebíveis das concessões rodoviárias (ônus fixo). Em obediência às normas legais que regem a atuação da CPP, foi previsto o ressarcimento à CPP das despesas incorridas na contratação e acompanhamento desses serviços. O montante de R$ 20.639 corresponde a adiantamento de férias a funcionários.

**Nota 7. Títulos e Valores Mobiliários -** Visando a diversificação de seus ativos, a Companhia, em 18/set./06, concluiu junto ao Estado de São Paulo a aquisição de 13.793.103.448 ações preferenciais de classe B de emissão da CESP-Companhia Energética de São Paulo, ao preço de R$ 14,50 por lote de mil ações, apurado por meio de processo de coleta de intenções de investimento disciplinado pela CVM (bookbuilding), no âmbito do processo de capitalização da CESP levado a efeito em 2006, no montante de R$ 200.000.000. Em razão do agrupamento de ações realizado pela CESP, na proporção de 1.000 ações para 1 ação da mesma espécie e classe, deliberado pelo Conselho de Administração da CESP em 06/jul./07 e aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26/jul./07, a CPP passou a ser detentora de 13.793.103 ações preferenciais classe B de emissão da CESP. Em continuidade à diversificação e ao desempenho de sua função de garantidora de obrigações e de viabilizadora de projetos de interesse da administração do Estado de São Paulo, a Companhia adquiriu em 05/mar./07, 50 cotas subordinadas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) - FIDC NP CPTM, no valor de R$ 1.000.000 cada, totalizando R$ 50.000.000. O FIDC está lastreado no fluxo de receitas de bilheteria de estações designadas da CPTM e a remuneração da CPP corresponde à taxa exigida pelos cotistas sêniores no processo de bookbuilding, acrescida de 0,75%. As amortizações do fundo serão realizadas em 72 parcelas mensais e consecutivas, cujo inicio se deu a partir de abr./08. Os títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

| | 31/dez./2013 | 31/dez.2012 |
|---|---|---|
| Ações da CESP | 199.999.994 | 199.999.994 |
| FIDC CPTM | 3.281.365 | 15.412.199 |
| | **203.281.359** | **215.412.193** |

**Nota 8. Fundos de Investimento em Garantia -** A CPP possui hoje dois fundos de investimento exclusivos vinculados a garantias oferecidas pela companhia a operações do Estado de São Paulo. O primeiro refere-se ao Fundo de Investimentos CPP - Linha 4-Renda Fixa, constituído pela CPP para atender as obrigações previstas no contrato de concessão patrocinada na Linha 4 do Metrô, assinado em 29/dez./06. A CPP é titular única e exclusiva das cotas, cuja totalidade foi dada em penhor à Concessionária da linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., por meio de contrato assinado em 22/dez/06. Trata-se da prestação de garantia solidária ao Estado na mitigação do risco de atraso na entrega da obra (R$ 150.000.000), e no pagamento da contraprestação pecuniária (R$ 60.000.000). O valor originalmente aplicado de R$ 173.500.000, acrescido de rendimentos líquidos auferidos até 31/dez./13, e totalizando R$ 358.407.537 (R$ 371.304.038 na posição de 31/dez./12), deverá ser suficiente para cobrir as eventuais necessidades de desembolso nas respectivas datas em que possam ser exigidas. O segundo é o Fundo BB Renda Fixa CPP LP FIC FI, cujo patrimônio líquido na posição de 31/dez./2013 é de R$ 32.247.352 (R$ 30.126.763 na posição de 31/dez./2012) e cujas cotas estão, até o início do ano de 2014, integralmente vinculadas ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 02.2.361.4.1, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Estado de São Paulo em 27 de junho de 2002. Por força do Aditivo nº6, celebrado em 28 de fevereiro de 2011 e assinado pela CPP na qualidade de interveniente-garantidora, as cotas do referido fundo foram dadas em complementação às garantias já existentes no contrato e permitiram a liberação de outros ativos de titularidade do Estado anteriormente dados em garantia.

**Nota 9. Investimento - Participação Societária -** A CPP participou da constituição da Nossa Caixa Desenvolvimento-Agência de Fomento do Estado de São Paulo (Desenvolve SP), por meio da aquisição de parte dos títulos públicos federais que foram vinculados à conta especial aberta pelo Estado de São Paulo junto ao Banco Central do Brasil - BACEN, em 08/dez/08, no montante total de R$ 199.999.273, dos quais R$ 199.980.000 correspondentes à participação do Estado de São Paulo e R$ 19.273 à participação da CPP. Em 26/mar/09, a CPP integralizou R$ 727 adicionais, necessários para que se atingisse o capital inicial de R$ 200.000.000, proposto ao BACEN no plano de negócios. O total da participação acionária da CPP no capital da Desenvolve SP é de 20.000 ações ordinárias nominativas. Em 15/out./09, a CPP integralizou R$ 100.000 (cem mil reais), correspondentes à subscrição de 1.000 ações ordinárias nominativas, como sócio fundador da Companhia Paulista de Securitização-CPSEC, com participação correspondente a 10% do seu capital social de R$ 1.000.000 (um milhão de reais). A CPSEC foi constituída em 15/out./09 conforme Assembleia Geral

*... continua*

de constituição por Subscrição Particular da referida Companhia, sendo os 90% restantes do capital social subscritos integralmente pelo Estado de São Paulo, representados por 9.000 ações ordinárias nominativas. Em 04/mar./2010 a CPP integralizou, como sócio fundador, R$ 20.000 (vinte mil reais), correspondentes à subscrição de 20.000 ações nominativas sem valor nominal da Companhia Paulista de Eventos e Turismos-CPETUR, correspondentes a 1,0% do capital social, em conformidade com a Assembléia Geral de Constituição da mencionada companhia em 12/01/2010.

**Nota 10. Juros sobre o Capital Próprio -** O saldo de juros sobre o capital próprio a pagar, em 31/dez./13, é de R$ 45.311.441, resultante da movimentação ocorrida até 31/dez./2013, como segue:

| | |
|---|---|
| **Saldo em 31/dez./12** | **38.529.498** |
| Juros sobre capital próprio provisionados no período | 58.688.928 |
| Juros sobre capital próprio destinado ao aumento de capital | (26.228.902) |
| Juros sobre capital próprio pagos no período | (25.678.083) |
| **Saldo em 31/dez./13** | **45.311.441** |

**Nota 11. Capital Social -** Em 30 de abril de 2013, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou a destinação dos Juros sobre Capital Próprio no montante de R$ 26.228.902 ao aumento de capital da CPP, passando o capital social realizado para R$ 916.876.573. Assim, o capital social subscrito e integralizado da companhia, em 30/dez./13, está composto pela participação do Estado de São Paulo, com 916.876.560 ações ordinárias nominativas, correspondentes a R$916.876.560, e da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - Cosesp, com 12 ações ordinárias nominativas, correspondente a R$ 13.

**Nota 12. Reserva Legal -** Foi constituída no exercício 2013 Reserva Legal no montante de R$ 4.849.850, equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, passando o valor total desta reserva para R$ 38.112.831.

**Nota 13. Resultado Financeiro -** O resultado financeiro, entre as diversas modalidades de operações com instrumentos financeiros, pode ser assim demonstrado:

| | 31/dez./2013 | 31/dez./2012 |
|---|---|---|
| Rendimentos de aplicações financeiras | 29.038.461 | 104.345.725 |
| Juros e Corr. Monetária sobre direitos de crédito | 67.119.189 | 57.317.198 |
| Recebimento de Dividendos e/ou Juros s/Cap. Próprio | 19.544.207 | 21.185.172 |
| Variação Monetária ativa | | |
| Outras Receitas Financeiras | 1.049.330 | 1.090.649 |
| **Total das receitas financeiras** | **116.751.187** | **183.938.744** |
| Juros sobre capital próprio | (58.688.928) | (60.918.679) |
| Outras (Receitas) Despesas Financeiras | - | (26.674) |
| Total das Despesas Financeiras | (58.688.928) | (60.945.353) |
| **Resultado Financeiro Positivo** | **58.062.259** | **122.993.391** |

**Nota 14. Instrumentos Financeiros -** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se encontram integralmente registrados em contas patrimoniais. Essas operações destinam-se a atender às suas necessidades quanto à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à preservação de sua capacidade financeira para apoiar, observadas as diretrizes e os limites legais para sua atuação, a viabilização de projetos de interesse da administração do Estado de São Paulo. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado, quando aplicáveis. Como conseqüência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

**a) Disponibilidades e Aplicações Financeiras -** Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores apresentados foram apurados conforme marcação a mercado.

**b) Créditos a Receber -** Os valores de mercado dos direitos de créditos foram calculados com base no seu valor presente conforme condições contratuais.

**c) Títulos e Valores Mobiliários -** Para os fundos de investimentos de valores apresentados foram apurados conforme marcação a mercado. A participação societária em ações preferenciais classe B de emissão CESP está registrada pelo seu valor de custo. O valor de mercado foi apurado com base na cotação de fechamento do ultimo pregão ocorrido na Bovespa no exercício (dia 31/dez./2013), de R$ 22,42 por ação (R$ 19,39 na mesma data de 2012), conforme apresentado abaixo:

| | 31/dez./2013 | 31/dez./2012 |
|---|---|---|
| Valor contábil | 199.999.994 | 199.999.994 |
| Valor de Mercado | 309.241.369 | 267.448.267 |

**d) Fundos de Investimento em Garantia -** Os valores apresentados foram apurados conforme marcação a mercado. A Companhia não mantinha transações com instrumentos financeiros derivativos à data de suas demonstrações financeiras.

**Nota 15. Demais Informações -** Em 19 de março de 2010 a CPTM assinou o Contrato de Concessão Administrativa nº 876408301100 para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM, com a CTRENS Companhia de Manutenção, empresa constituída exclusivamente para prestar os serviços decorrentes do referido contrato de concessão. A CPP assumiu a condição de fiadora da CPTM em relação à obrigação de pagamento da contraprestação pecuniária, em conformidade com o Contrato de Cessão de Direitos de Créditos sob Condição Suspensiva e Outras Avenças (anexo XXIV do Contrato de Concessão). Em decorrência do contrato, a CPP comprometeu-se a complementar a garantia oferecida pela CPTM, sem vinculação específica de seus ativos, no montante de até R$ 58 milhões. Assim, para assegurar a restituição dos valores eventualmente desembolsados pela CPP, por conta do inadimplemento da CPTM, foi assinado o Contrato de Contragarantia, entre a CPP e a CPTM, em 19/10/2010. Tal operação conta com aprovação do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas e do Conselho de Administração da Companhia. Em 22 de agosto de 2013 a Fundação para o Remédio Popular - FURP, assinou com a CPM - Concessionária Paulista de Medicamentos S.A., com interveniência do Estado de São Paulo e na qualidade de Interveniente Garantidora a Companhia Paulista de Parcerias - CPP, o contrato de concessão administrativa que tem por objeto a prestação de serviços de gestão, operação e manutenção da IFAB - Indústria Farmacêutica de Américo Brasiliense. Conforme dispõe a cláusula 26 do referido contrato de concessão, foi assinado em 03/fev./2014 o Contrato de Penhor e Outras Avenças entre a Fundação para o Remédio Popular "Chopin Tavares e Lima" - FURP, a Companhia Paulista de Parcerias - CPP, a CPM - Concessionária Paulista de Medicamentos, com a interveniência do Banco do Brasil S.A., cujo objeto é a constituição de garantia pela CPP, por meio do penhor de cotas do Fundo, para garantir o pagamento de mensal à concessionária da contraprestação básica no valor equivalente a 6 (seis) parcelas mensais prevista no Contrato de Concessão, correspondentes a R$ 42.072.428,24, na posição de fev./2014. Em 18/dez./2013 foi assinado o contrato de concessão patrocinada entre o Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM, a Concessionária Move São Paulo S.A., e como interveniente fiadora a Companhia Paulista de Parcerias - CPP, cujo objeto é prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da Linha 6 - Laranja do Metrô de São Paulo, contemplando a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação, manutenção e expansão, compreendendo uma linha com 15,3 km de extensão. A CPP, na condição de fiadora solidária celebrará Contrato de Penhor para assegurar o cumprimento da obrigação imputável ao Poder Concedente, relativamente ao pagamento do valor correspondente a 6 (seis) prestações mensais da Contraprestação Pecuniária, através de penhor de cotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo, conforme dispõe a cláusula 52 do mencionado contrato de concessão patrocinada.

| Conselho de Administração | Diretoria | Contador |
|---|---|---|
| **Andrea Sandro Calabi** | **Philippe Vedolim Duchateau** | |
| **Hamilton Chohfi** | **Cláudia Polto da Cunha** | **Ayrton Tirone** |
| **Philippe Vedolim Duchateau** | **Tomás Bruginski de Paula** | CRC 1 SP.258.794/O-9 |

## Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Parcerias – CPP, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subseqüentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, complementados por Notas Explicativas, Proposta de Destinação do Lucro Líquido, bem como o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 14 de março de 2014, este Conselho conclui que não há qualquer ressalva em relação aos documentos acima examinados e que os mesmos refletem a situação patrimonial e econômico-financeira da Sociedade, naquela data, estando, portanto, em condições de ser submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.

São Paulo, 20 de março de 2014.

**Maria do Carmo Scaravelli**
Conselheira Fiscal
**Marildo Manoel do Nascimento**
Conselheiro Fiscal
**Roberto Yoshikazu Yamazaki**
Conselheiro Fiscal
**Tutomu Harada**
Conselheiro Fiscal

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ilmos. Senhores Administradores da
**COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP.**
São Paulo/SP.

**Exame das demonstrações contábeis:**
Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP, que compreendem o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas a Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado para o exercício findo naquela data bem como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, elaboradas de forma a apresentar uma visão correta e adequada.

**Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis:**
A Administração da COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos Controles Internos que foram determinados pela mesma, como sendo necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis que não apresentem distorção relevante.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes:**
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as Demonstrações Contábeis com base em nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sendo que tais normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente da causa. Nessa avaliação de riscos o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e apresentação de tais demonstrações. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação dos procedimentos e práticas contábeis utilizados, bem como a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração.

**Descrição dos Procedimentos da Auditoria:**
Os exames foram conduzidos de acordo com as normas Brasileiras e Internacionais de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação das práticas e da razoabilidade das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da entidade e dos riscos de distorção relevante das Demonstrações Contábeis, independente da causa, sendo que nessa avaliação de riscos, os controles internos são relevantes para elaboração das Demonstrações Contábeis e planejamento de procedimentos aplicáveis nas circunstâncias, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que as evidências obtidas através da auditoria realizada, são suficientes para fundamentar nossa opinião.

**Opinião:**
Em nossa opinião as demonstrações contábeis supra citadas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam de forma correta e adequada, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP, em 31 de dezembro de 2013, o resultado de suas operações, as variações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados referentemente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As Demonstrações Financeiras do exercício anterior foram auditadas por outros auditores que emitiram parecer sem ressalva em 08 de março de 2013.

São Paulo, 14 de março de 2014.
**STAFF AUDITORES E CONSULTORES S/S.**
CRC/RS.004632/OC - NPJ 09.285.766/0001-34

**Francisco Inácio de Assis Rodrigues**
Contador CRC/RS 027020/0 –1
Responsável Técnico.